

**ATA NÚMERO 376/XII/4.ª SL**

Aos treze dias do mês de maio de 2015, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da ata n.º 375, referente à reunião de 6 de maio.
2. Apreciação e votação do relatório referente à Conta Geral do Estado - 2013.  
Relator: Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD).
3. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 320/XII/4.ª (GOV) - Regula a disponibilização e a utilização das plataformas eletrónicas de contratação pública, previstas no Código dos Contratos Públicos, e transpõe o artigo 29.º da Diretiva n.º 2014/23/UE, o artigo 22.º e o anexo IV da Diretiva n.º 2014/24/UE e o artigo 40.º e o anexo V da Diretiva n.º 2014/25/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014.  
Autora do parecer: Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP).  
[iniciativa agendada para a Sessão Plenária de 15 de maio].
4. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 321/XII/4.ª (GOV) - Estabelece o regime jurídico da organização dos serviços das entidades intermunicipais e o estatuto do respetivo pessoal dirigente.  
Autor do parecer: Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD).  
[iniciativa agendada para a Sessão Plenária de 15 de maio].
5. Discussão e votação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 871/XII/4.ª (PSD/CDS-PP) – Altera o Código do Imposto Sobre Veículos, introduzindo uma isenção de 50% em sede de Imposto Sobre Veículos para as famílias numerosas.
6. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 316/XII/4.ª (GOV) – Aprova o novo regime especial aplicável às entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira a partir de 1 de janeiro de 2015.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

7. Ratificação da votação indiciária, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 826/XII/4.<sup>a</sup> (PSD/CDS-PP) – Simplificação e padronização do comissionamento de contas de depósito à ordem (altera o Decreto-Lei n.º 27-C/2000, de 10 de março, o Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro e o Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de dezembro).
8. Distribuição, para elaboração de parecer, do Projeto de Lei n.º 895/XII/4.<sup>a</sup> (BE) - 35 horas para maior criação de emprego e reposição dos direitos na Função Pública.  
Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PS.
9. Apreciação e votação do relatório sobre a Petição n.º 459/XII/4.<sup>a</sup>, de iniciativa de Vítor Manuel Maximino Vieira - Solicita uma alteração legislativa no sentido de limitar o tempo de serviço das pessoas que ocupam cargos dirigentes e de chefia na Administração Pública direta e indireta e de efetuar, e publicitar, um levantamento exaustivo de todas as situações em que as pessoas se mantêm ininterruptamente há mais de 6 anos.  
Relatora: Senhora Deputada Isabel Santos (PS).
10. Ponto de situação das petições pendentes em Comissão.
11. Distribuição de iniciativas europeias.
12. Outros assuntos.

---

**1. Apreciação e votação da ata n.º 375, referente à reunião de 6 de maio.**

A [ata n.º 375](#), referente à reunião de 6 de maio, foi aprovada por unanimidade, verificando-se a ausência do BE.

**2. Apreciação e votação do relatório referente à Conta Geral do Estado - 2013.**

**Relator: Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD).**

A pedido do relator, o presente ponto da Ordem do Dia foi adiado para a reunião ordinária seguinte da Comissão.

- 3. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 320/XII/4.<sup>a</sup> (GOV) - Regula a disponibilização e a utilização das plataformas eletrónicas de contratação pública, previstas no Código dos Contratos Públicos, e transpõe o artigo 29.º da Diretiva n.º 2014/23/UE, o artigo 22.º e o anexo IV da Diretiva n.º 2014/24/UE e o artigo 40.º e o anexo V da Diretiva n.º 2014/25/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014.**

**Autora do parecer: Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP).**

**[iniciativa agendada para a Sessão Plenária de 15 de maio].**

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) apresentou o parecer sobre a [Proposta de Lei n.º 320/XII/4.<sup>a</sup> \(GOV\)](#), recordando o objeto da iniciativa, nomeadamente quanto à transposição de um conjunto de Diretivas, e o seu iminente agendamento para plenário, após o que o parecer foi submetido a votação e aprovado por unanimidade, verificando-se a ausência do BE.

- 4. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 321/XII/4.<sup>a</sup> (GOV) - Estabelece o regime jurídico da organização dos serviços das entidades intermunicipais e o estatuto do respetivo pessoal dirigente.**

**Autor do parecer: Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD).**

**[iniciativa agendada para a Sessão Plenária de 15 de maio].**

O Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) apresentou o parecer sobre a [Proposta de Lei n.º 321/XII/4.<sup>a</sup> \(GOV\)](#), dando nota dos principais objetivos do diploma e da sua colocação em apreciação pública, bem como dos pareceres já recebidos na Comissão. Não se registando intervenções em sede de debate, o parecer foi submetido a votação e aprovado por unanimidade, verificando-se a ausência do BE.

- 5. Discussão e votação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 871/XII/4.<sup>a</sup> (PSD/CDS-PP) – Altera o Código do Imposto Sobre Veículos, introduzindo uma isenção de 50% em sede de Imposto Sobre Veículos para as famílias numerosas.**

A Comissão ratificou a admissibilidade das propostas de alteração ao [Projeto de Lei n.º 871/XII/4.<sup>a</sup> \(PSD/CDS-PP\)](#), apresentadas na véspera pelo Grupo Parlamentar do PS, tendo sido consensualizado adiar a discussão e votação, na especialidade, do diploma, para adequada análise das mesmas e respetiva inserção no guião de votações e no quadro comparativo.

**6. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 316/XII/4.<sup>a</sup> (GOV) – Aprova o novo regime especial aplicável às entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira a partir de 1 de janeiro de 2015.**

A Comissão procedeu à discussão e votação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 316/XII/4.<sup>a</sup> \(GOV\)](#). O registo do Relatório de Votações e do Texto Final pode ser consultado na [página internet](#) da iniciativa.

**7. Ratificação da votação indiciária, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 826/XII/4.<sup>a</sup> (PSD/CDS-PP) – Simplificação e padronização do comissionamento de contas de depósito à ordem (altera o Decreto-Lei n.º 27-C/2000, de 10 de março, o Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro e o Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de dezembro)**

O Senhor Presidente recordou o processo de apreciação, na especialidade, do [Projeto de Lei n.º 826/XII/4.<sup>a</sup> \(PSD/CDS-PP\)](#), bem como a deliberação da Comissão de criar um [Grupo de Trabalho](#) para o efeito, por analogia com processos legislativos anteriores, tendo a Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD), na ausência do Coordenador do Grupo de Trabalho, dado nota das audições efetuadas no GT e do trabalho de apreciação e votação das propostas de alteração apresentadas. Usou de seguida da palavra a Senhora Deputada Vera Rodrigues (CDS-PP), para dar nota da proposta de consensualização de PSD/CDS-PP da redação da proposta de alteração do PS, de emenda do artigo 7.º-B do Decreto-Lei n.º 27-C/2000, de 10 de março. A Senhora Deputada Vera Rodrigues (CDS-PP) apresentou, adicionalmente, uma proposta de alteração, de aditamento de um N.º 9 ao artigo 77.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro, constante do artigo 4.º do Projeto de Lei, solicitando a ratificação da sua admissão pelos Grupos Parlamentares, e defendendo o seu objeto.

Em sede de debate, começou por usar da palavra o Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) que, quanto à proposta de consensualização de redação, deu o acordo do Grupo Parlamentar do PS, por responder às preocupações manifestadas por este GP. Interveio, de seguida, o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP), que deu o acordo à redação proposta para o citado artigo 7.º-B, questionando de seguida a Comissão quanto à proposta de alteração, apresentada por PSD/CDS-PP, de alteração à Lei n.º 23-A/2015, de 26 de março (aditando um artigo 4.º-A para este efeito), pelo facto de esta alteração não se enquadrar no âmbito do projeto de lei que fora discutido e votado na generalidade, pelo plenário, e considerando tratar-se de uma má técnica legislativa, questionando ainda o teor da proposta de alteração. A Senhora Deputada Elsa

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

Cordeiro (PSD) usou da palavra para justificar a proposta em apreço, defendendo estar em questão uma norma interpretativa.

Atenta a nova proposta de alteração apresentada, cuja admissão foi ratificada pelos Grupos Parlamentares, e a consensualização de redação a efetuar, o Senhor Presidente – dando nota de perplexidade pelo modo como estava proposta a alteração à Lei n.º 23-A/2015, de 26 de março – sugeriu remeter as votações pendentes para o Grupo de Trabalho, e ratificar as mesmas na reunião da Comissão na semana seguinte, proposta aceite consensualmente. O Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE) solicitou a anuência dos Grupos Parlamentares para remeter os sentidos de voto do BE ao diploma e respetivas propostas de alteração, dada a sua ausência da reunião anterior do GT, o que mereceu a concordância dos demais GP.

- 8. Distribuição, para elaboração de parecer, do Projeto de Lei n.º 895/XII/4.<sup>a</sup> (BE) – 35 horas para maior criação de emprego e reposição dos direitos na Função Pública.**  
**Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PS.**

O Grupo Parlamentar do PS indicou a Senhora Deputada Catarina Marcelino (PS) como autora do parecer da Comissão ao [Projeto de Lei n.º 895/XII/4.<sup>a</sup> \(BE\)](#), tendo o Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE), enquanto proponente, solicitado a apreciação pública da iniciativa, nos termos legais aplicáveis, por 30 dias, nos termos legais aplicáveis.

- 9. Apreciação e votação do relatório sobre a Petição n.º 459/XII/4.<sup>a</sup>, de iniciativa de Vítor Manuel Maximino Vieira – Solicita uma alteração legislativa no sentido de limitar o tempo de serviço das pessoas que ocupam cargos dirigentes e de chefia na Administração Pública direta e indireta e de efetuar, e publicitar, um levantamento exaustivo de todas as situações em que as pessoas se mantêm ininterruptamente há mais de 6 anos.**  
**Relatora: Senhora Deputada Isabel Santos (PS).**

A Senhora Deputada Isabel Santos (PS) apresentou o relatório sobre a [Petição n.º 459/XII/4.<sup>a</sup>](#), dando nota da sua tramitação e diligências desenvolvidas, tendo em sede de debate intervindo a Senhora Deputada Maria José Moreno (PSD) para saudar a relatora, no que foi secundada pelos demais Grupos Parlamentares, após o que o relatório foi submetido a votação e aprovado por unanimidade, verificando-se a ausência do BE.

**10. Ponto de situação das petições pendentes em Comissão.**

O Senhor Presidente efetuou um ponto de situação das petições pendentes em Comissão, congratulando os Senhores Deputados pelo bom acompanhamento e celeridade na tramitação do direito exercido pelos cidadãos, e solicitando, quanto às três petições pendentes, o cumprimento da sua apreciação durante a presente Legislatura.

**11. Distribuição de iniciativas europeias.**

Os Senhores Deputados tomaram conhecimento de um conjunto de iniciativas europeias remetidas pela Comissão de Assuntos Europeus à COFAP.

**12. Outros assuntos.**

A Comissão deliberou distribuir para elaboração de parecer, condicionalmente, a [Proposta de Lei n.º 326/XII/4.ª \(GOV\)](#) – Aprova o novo Regime Jurídico do Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora, bem como os regimes processuais aplicáveis aos crimes especiais do sector segurador e dos fundos de pensões e às contraordenações cujo processamento compete à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, transpondo a Diretiva n.º 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, atento o seu agendamento para a sessão plenária de 22 de maio, tendo sido designado autor do parecer da Comissão o Senhor Deputado Nuno Serra (PSD).

De seguida, usou da palavra o Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD), para apresentação do requerimento dos Grupos Parlamentares de PSD/CDS-PP solicitando a análise técnica, pela UTAO, do relatório “Uma Década para Portugal” do PS. Em sede de debate, começou por intervir o Senhor Deputado Vieira da Silva (PS), que deu conta da oposição do PS e defendeu que a UTAO não tem competências para desenvolver essa análise, nem através de uma interpretação extensiva das suas competências, não podendo o presente caso comparar-se ao trabalho de avaliação das propostas de alteração ao OE apresentadas pelos GP, dado que estas se inserem no âmbito de um processo legislativo em sede parlamentar. O Senhor Deputado opôs-se a envolver uma unidade técnica do parlamento no debate eleitoral, desafiando os quadros técnicos do PSD a efetuar a análise ao documento. Concluiu, ainda, defendendo estar em causa a violação do princípio constitucional da igualdade ao submeter o documento do PS, e não de todos os partidos, a análise pela UTAO. Usou seguidamente da

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

palavra o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) para manifestar, igualmente, oposição ao requerimento, defendendo que o debate sobre o documento em apreço deve ser feito no plano político e não no plano técnico recorrendo a uma unidade independente para o efeito. Interveio, sucessivamente, a Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP), que subscreveu a intervenção de apresentação do requerimento por parte do Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD), recordando a necessidade de acordo do PS para que a análise técnica possa ser feita, recusando tratar-se de uma análise política e defendendo estar em questão um trabalho que permite uma maior transparência e escolhas mais fundamentadas pelos cidadãos. Usou, ainda, da palavra o Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE), considerando que a UTAO é colocada em causa por poder vir a ser submetida a trabalho político, num contexto de discussão eleitoral. O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) interveio ainda para dar nota que não obstaria a submeter à análise da UTAO documentos análogos de outros partidos políticos, e informando que, sem a anuência do PS, o requerimento não seria submetido a votação. Nestes termos, o requerimento não foi votado.

De seguida, usou da palavra o Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) para apresentar o requerimento dos Grupos Parlamentares do PSD/CDS-PP com vista à audição do Governo sobre a implementação da [Resolução da Assembleia da República n.º 31/2014, de 11 de abril](#) – Recomenda ao Governo que proceda à implementação de um programa nacional, global e integrado de modernização, simplificação e desburocratização administrativas. O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) solicitou o adiamento da apreciação e votação do requerimento para uma reunião posterior da Comissão, de modo a poder analisar o mesmo, bem como a Resolução citada, pelo que o Senhor Presidente deu nota que agendaria, nos termos habituais, a apreciação e votação do requerimento para a reunião ordinária seguinte da Comissão.

Por fim, o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) solicitou à Mesa informações sobre as diligências desenvolvidas no sentido de obter respostas às questões colocadas à Senhora Ministra de Estado e das Finanças, tendo o Senhor Presidente dado nota que não havia sido remetida à COFAP qualquer resposta.

Não sendo suscitados outros assuntos, o Senhor Presidente deu por concluídos os trabalhos e a reunião do dia.



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

A reunião foi encerrada às 11:40 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 13 de maio de 2015

**O PRESIDENTE,  
EDUARDO CABRITA**



**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira  
Carlos Santos Silva  
Cecília Meireles  
Conceição Bessa Ruão  
Cristóvão Crespo  
Duarte Pacheco  
Eduardo Cabrita  
Elsa Cordeiro  
Fernando Virgílio Macedo  
Isabel Santos  
João Galamba  
João Paulo Correia  
Jorge Paulo Oliveira  
José de Matos Rosa  
Paulo Sá  
Pedro Filipe Soares  
Sónia Fertuzinhos  
Vera Rodrigues  
Vieira da Silva  
Artur Rêgo  
Catarina Marcelino  
Hugo Velosa  
Maria José Moreno  
Michael Seufert  
Nuno Serra

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Pedro Nuno Santos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Nuno Reis